

FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARANÁ.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente. Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2017, realizou-se no Auditório da Seed, Av. Água Verde, 2140 - Vila Isabel, em Curitiba, em primeira convocação, a primeira Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente de 2017. Estiveram presentes representantes das seguintes instituições: Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME); Conselho Estadual de Educação (CEE); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti); Universidade do Centro-Oeste (Unicentro); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); Instituto Federal do Paraná (IFPR); União dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná (UNCME), assim como diretorias e departamentos da Secretaria de Estado da Educação. A professora Ines Carnieletto, Superintendente da Educação, deu início à reunião saudando os presentes. Externou a sua satisfação por ter recebido da professora Ana Seres Trento Comin, Secretária de Estado da Educação, a missão de representar a Secretaria de Estado da Educação e presidir este Fórum, que é um espaço importante de diálogo, o qual promove o debate com a participação das instituições de ensino superior, sociedade civil e poder público, que encaminha medidas para a garantia do direito à educação em nosso estado. A professora Ines solicitou que todos os presentes fizessem uma breve apresentação e a seguir passou a palavra ao Sr. Décio Sperandio, Diretor Geral da SETI, que saudou os presentes citando a ausência do Secretário João Carlos Gomes, por motivo de viagem. Expôs a importância do Fórum e a preocupação quanto à formação dos professores, porque segundo ele, se não houver cuidado das ações relativas a essa formação não haverá progresso no processo ensino-aprendizagem nas instituições. As Universidades têm a preocupação com a formação inicial e continuada e o fórum aponta alguns caminhos: novos programas, novos projetos e ações com o intuito de converter professores capacitados, bem remunerados e com prazer de ensinar. A iniciativa para que a professora doutora Malvina Tuttman fizesse uma fala nesse encontro do Fórum partiu do grupo de trabalho representado pelo Sr. Mário Pederneiras (CEE), Sandra Teresinha da Silva (CEE) e Maria Irene Pellegrino de Oliveira Souza (UEL), portanto, a Superintendente convidou o Sr Mário Pederneiras para fazer a apresentação da professora doutora Malvina Tuttman. Ele relatou brevemente a sua trajetória a começar como professora primária, ensino básico e superior, atualmente, membro do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, onde participa da Câmara de Educação Básica. A professora Ines propôs que a pauta fosse alterada passando a leitura da ata da reunião anterior para o período da tarde, aproveitando assim, mais amiúde, a fala da professora Malvina Tuttman. A Superintendente desfez a mesa e passou a palavra para professora Malvina Tuttman, a qual agradeceu pelo convite e ressaltou a importância de se conversar no coletivo, porque assim há troca de experiências de uma instituição com outras instituições. Saudou a todos e a todas e agradeceu pela oportunidade de estar junto aos membros do fórum, com representações valiosas, tendo a possibilidade de trocar experiências, sendo que essas conversas e encontros suscitam dúvidas

BR

BR

f

com

com

com

com

G

BR

BR

BR

BR

BR

propiciando propostas e ações para que a educação obtenha o êxito de qualidade almejado. Iniciou a sua fala citando a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada dos profissionais do Magistério, passando a seguir, à concepção de docência, que é “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes aos processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo”. O reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério. Citou brevemente a importância do Projeto Político-Pedagógico nas instituições e de se fazer as transformações a partir de discussões coletivas sempre que se achar necessário, haja vista que é um processo dinâmico. Em sequência, pautado na Resolução supracitada, destacou os Princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica: a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade; a formação dos profissionais do magistério como compromisso, como projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais atentos ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrário a toda forma de discriminação; a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino; a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância; a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a importância do projeto formativo nas instituições de educação que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar; a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais; a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação básica; - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de educação básica e a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualizações culturais. Destacou, ainda, pontos importantes decorrentes do que a formação inicial e continuada deve contemplar: a sólida formação teórica e interdisciplinar dos

R
A

Wasm

WJC

COM

DOMS

[Handwritten signature]

3

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Eduardo Freitas

Exone

[Handwritten signature]

profissionais; a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; o contexto educacional da região onde será desenvolvido; atividades de socialização e avaliação dos impactos; aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores e a aprendizagem de Libras; questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. Também citou que há um capítulo sobre a valorização do profissional da educação, as condições dignas de trabalho na sala de aula, pontuando a seguir, o grande índice desses profissionais que adoecem e são afastados por ordem médica de seus afazeres. Mostrou-se encantada pelo magistério e disse que os primeiros períodos de formação devem ser atraentes com profissionais que adentrem a sala de aula com olhos brilhantes para formar profissionais brilhantes. Ser professor é uma profissão de gabarito, porque é por meio dela que nascerão outras profissões. Destacou a importância do futuro professor em compreender o processo de avaliação, o qual fará parte, no dia a dia de seu trabalho. Após citar os cursos de segunda licenciatura, momento que gerou algumas reflexões ao que tange à diferenciação entre a oferta de Bacharelado e Licenciatura, dependendo da Disciplina. O professor Marcelo Pimentel da Silva, da UEM, com formação inicial em Química, ponderou que nessa Disciplina, professores que ministram aulas na Licenciatura e Bacharelado são os mesmos, sendo que o curso não muda a característica, a identidade tem que ser garantida no Projeto Político-Pedagógico. A palestrante se manifestou dizendo que deverão ser repensados outros modelos de organização da Instituição, reorganizar interdisciplinarmente as ações a serem realizadas. Complementou dizendo que a formação do profissional da educação não se dá somente com cursos, mas no dia a dia no pensar e no fazer daquela escola. A prática como componente curricular envolve múltiplas possibilidades, por meio de projeto próprio. A professora Sandra Teresinha da Silva, do CEE solicitou a palavra e enalteceu o grande avanço da Resolução no que tange ao resgate do professor com a beleza e magia que deve ter, dizendo ainda que a Resolução é desafiadora, e que a dificuldade não está na norma, na lei, mas na implementação da mesma em negar o avanço e buscar outra forma de perpetuação. Quando foi apresentada a Resolução, ela disse que percebeu no Curso de Letras uma questão pontual que precisa ser organizada à luz da Resolução proposta para o Conselho Nacional da Educação e pontuou ainda, a importância da formação para professores que trabalham com área do conhecimento. Tradicionalmente, os cursos de Letras com Licenciatura em Português e em Línguas Estrangeiras privilegiam a multiculturalidade em seus projetos pedagógicos, oportunizando a formação de professores para a Educação Básica em diferentes áreas de conhecimento e integração entre elas, como, por exemplo, Português-Espanhol, Português-Grego, Português-Francês, Português-Japonês, Português-Guarani, Português-Italiano, Português-Árabe, Português-Alemão, entre muitas outras possibilidades. Tais cursos não encontram amparo na Resolução CNE/CP Nº 02, de 1º de julho de 2015, uma vez que essa normativa, conforme o Art. 9 do Capítulo IV impossibilita a oferta dos cursos já existentes, bem como a proposição de novos cursos com áreas linguístico-culturais integradas. Conseqüentemente, é previsível o não aproveitamento do

R
A

Wasm
nyf
com

com
Joms
J

J

A

J

J

Juliano Pin

Opore

quadro docente qualificado e consolidada, além do não preenchimento da totalidade das vagas ofertadas pelas universidades.

A professora Malvina Tuttmann elogiou os apontamentos da professora Sandra e disse que ela corrobora quanto à formação e refletiu que a Resolução não responde a tudo, mas ela avança e pode ser repensada não nos fundamentos, mas em situações pontuais. Sugeriu que fosse solicitado ao CNE a análise da sugestão para a incorporação na Resolução CNE/CP Nº 02/2015 sobre essa especificidade. Terminou a sua fala citando o pensamento de Paulo Freire em relação à Educação “ao falar com tamanha esperança da possibilidade de mudarmos o mundo, não quero dar a impressão de ser um pedagogo lírico, ou ingênuo. (...) Reconheço a realidade”. Retornando os trabalhos no período da tarde a superintendente solicitou autorização dos membros do Fórum para que antes da leitura da ata da reunião anterior e dos informes gerais houvesse o pronunciamento da Prof^{fa} Dra. Maria Irene Pellegrino de Oliveira Souza, Vice-presidente do FORPARFOR, sendo aceita a sugestão por unanimidade. A professora Maria Irene saudou a todos e a todas e socializou as contribuições do Parfor para a formação de professores, citando também alguns dados do Parfor Sul de 2009 a maio de 2016, turmas implantadas até 2016: 251; turmas finalizadas: 23; turmas concluídas: 150. Disse ainda que a primeira Instituição a iniciar o curso do Parfor foi a UEL. Continuou a sua fala mostrando as contribuições e avanços – reforçando o compromisso das IES públicas com a formação de professores da educação básica. Atualmente, 70% dos professores são formados em instituições particulares; promoveu a interiorização da formação docente e potencializou o diálogo das IES com as redes de ensino; reconhecimento e valorização dos professores-estudantes que têm participado do Enade e contribuído para elevar os conceitos dos cursos nas IES participantes e, além de trazer para os cursos de formação a dimensão prática e real da escola, produz reflexos significativos nas licenciaturas extensivas. Prosseguiu mostrando os desafios: evasão – os dados têm mostrado que a evasão nos cursos do PARFOR é menor que nos cursos extensivos (no âmbito nacional a evasão é de 23%, segundo dados da CAPES, em 2017); identificação da demanda agora está mais pontual e, implantar pós-graduação, lato e stricto sensu, para os egressos do PARFOR visando à melhoria da Educação Básica Pública. Socializou também que se realizou nos dias 1 e 2 de junho a VI Reunião do FARPARFOR, na Universidade de Brasília e os pontos que foram esclarecidos pela CAPES: 1. Foi garantida a continuidade do PARFOR e, ao mesmo tempo, foi anunciada sua reformulação por meio da portaria nº 82 de 17 de Abril de 2017, que define novo regulamento do PARFOR. Entretanto, essa portaria ainda sofrerá alterações; 2. Não há prazo para a abertura da Plataforma Paulo Freire; 3. A participação das IES na oferta dos cursos de graduação e especialização, quando ocorrer a abertura da Plataforma, dar-se-á mediante editais com critérios a serem definidos pela CAPES, a partir das demandas qualificadas, isto é, indicadas pelas secretarias. A CAPES passará a trabalhar com 3 linhas

RR

A (M)

Uabm

NYC

com

lee

goms

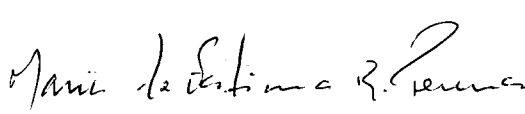

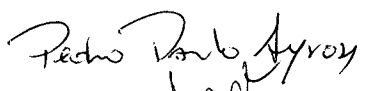
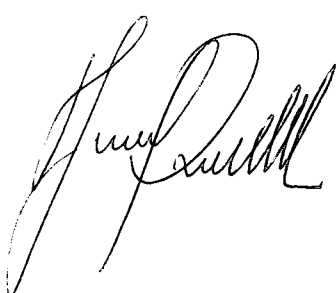
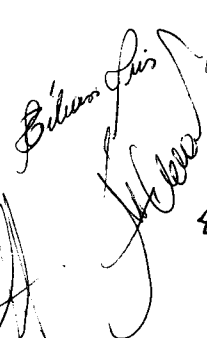
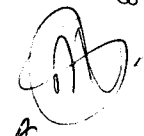



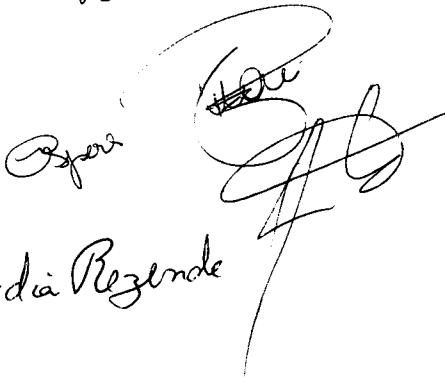
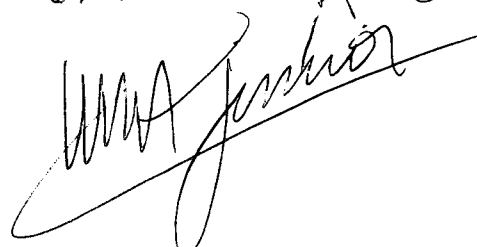
A

de fomento no campo da Formação Docente: 1. Formação em Serviço e Especialização (PARFOR/graduação e especialização); 2. Desenvolvimento das Licenciaturas: iniciação à docência, estágios, bolsa produtividade; 3. Apoio ao desenvolvimento de pesquisas, inovação e divulgação: mostras, feiras, eventos). O desenrolar das questões pontuadas suscitou uma pergunta: quais são as diferenças do que o Parfor era antes e como é hoje? A professora Maria Irene respondeu que antes, ofertava-se um cardápio de cursos na Plataforma Freire e, agora não, há edital para determinada demanda, e oferece então o curso que precisa. Houve, nesse momento, a contribuição da professora Palmira Sevegnani, da UFPR, dizendo que o professor irá se inscrever na Plataforma Freire e a Secretaria da Educação verificará se todos os dados são corretos para que possa validar, e se houver demanda, não há porque não abrir o curso. A professora Maria Irene complementou dizendo que é uma questão de organização, e o que é apresentado na Plataforma vem do Educacenso, nesse caso, se houver inconsistência o professor não conseguirá efetivar a inscrição. Algumas dificuldades ocorrem em relação à questão apresentada: muitos professores não sabem fazer validação, algumas turmas naufragam, desistem no primeiro mês de aula, porque descobrem que não é porque têm aula no sábado que não precisam estudar. A professora Sandra Teresinha da Silva (CEE) socializou com o grupo a respeito do Microdados do INEP dizendo que não conhecia que fez download no mês de maio e encantou-se com o sistema, sendo esse o maior recurso que se tem, só conhecendo quem trabalha com ele. Sugeriu que se fizesse o mapeamento dos dados do primeiro semestre do ano, porque nele o professor tem um número, havendo condições de saber em que município ele mora quantas aulas ele ministra, tudo o que necessita para um bom trabalho. Há que se estabelecer uma estratégia e definir os dados que são necessários para uma ação permanente. A professora Céuli levantou a possibilidade de se formar um grupo de trabalho e que se estabelecessem os dados para a pesquisa, sendo aceita a proposição pelos membros presentes. A professora Maria Irene agradeceu a atenção de todos e sugeriu que nos próximos encontros se pudesse analisar e ampliar o processo da discussão da Licenciatura como já havia começado no período da manhã brilhantemente conduzido pela professora Malvina Tutmann. **I. ATA.** Passou-se à apreciação da ata da reunião anterior, que foi aprovada sem ressalvas. **II. POSSE DE NOVOS MEMBROS:** Presidente do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente: Ines Carnieletto (SEED); titulares: Cassiano Roberto Nascimento Ogliari—(SEED); Catarina de Souza Moro (UFPR); Palmira Sevegnani (UFPR); Maria Josele Bucco Coelho (UFPR) e suplentes: Laureci Schmitz; - Céuli Mariano Jorge, Gilian Cristina Barros – (SEED); Mirna Franca da Silva de Araújo (MEC); Letícia Mara de Meira (UFPR); Cláudia Cabral Rezende e Loide Andréa Salache (UNICENTRO); Helena Ester Munari Nicolau Loureiro (UEL). **III. INFORMES GERAIS:** 1. Justificativas de ausências: Cláudia Percinoto (CMEC); Ana Lúcia Rodrigues (UNCME) e Izabel Lima Pessoa (CAPES). 2. Formação de Grupo de Trabalho para pensar o teor da

RR
AB
F
UFPR
com
goms
J
A
B
A
A

Cassiano Ogliari
C. Pereira

correspondência a ser encaminhada a cada instituição: Sandra (CEE); Mário Pederneiras (CEE); Sônia Ana Charchut Leszczynski (UTFPR). 3 Data para encaminhamento de sugestões: 29/06/2017; 4. Data da reunião do grupo: 04 de julho. **IV.** Cronograma para a próxima reunião: 22 (vinte e dois) de agosto, início 9h, manhã e tarde, local: UTFPR; tema: Regimento do Fórum e Implantação da Resolução 02/2015: panorama das IES Públicas. Outubro: Convidar Professora Izabel Pessoa da CAPES, local: UFPR. A última reunião do Fórum do ano.- Local: DPTE – Boqueirão. **IV. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Professora Ines agradeceu a todos e a todas pela presença, e encerrou a reunião às 17h. Eu, Elaine de Lourdes Pereira Oliveira, lavrei a presente ata, que é assinada por todos os presentes. Curitiba, 22 de junho de 2017.

Maria de Estima R. Pereira (autógrafa)   Pedro Paulo Ayroy 
   
Ana Szymani Okara   
 Naudia Rezendes